

A definição da mundialidade: Ética comercial e financeira e o Calvinismo

JOSÉ CARLOS CALAZANS

Universidade Lusófona de HUmanidades e Tecnologias

Antes da Revolução Industrial, principalmente durante o período das Descobertas e da Expansão Marítima Portuguesa (sécs. XVI-XVII), a falta de rigor na contabilidade do comércio marítimo dos produtos exóticos e das especiarias foi um problema endémico que escondeu o desvio de fundos da Carreira da Índia e da coroa portuguesa, contribuindo de forma acumulada para os desaires económicos do Império do Oriente; acrescia ainda a esta sangria de divisas, o mercado paralelo de pedras preciosas e o contrabando que se fazia quando as naus, antes de chegarem a Lisboa, passavam pelos Açores. As falsas contabilidades esconderam muitas vezes o negócio paralelo de capitães que queriam enriquecer rapidamente, trato que foi em várias ocasiões mais volumoso do que o comércio regular das coroas europeias.

Depois da revolução industrial, esta prática ilegal não terminou e adaptou-se a um novo campo de mercado mais sofisticado e diverso, mas com os mesmos propósitos: o enriquecimento ilícito. Ética e moral comercial são conceitos, que apesar de serem integrantes das culturas tradicionais desde os tempos mais recuados da civilização, levaram tempo a serem incorporados nos códigos legislativos dos Estados e só a partir de Calvino (1509-1564) e de Huig de Groot (1583-1645) é que começou a tomar verdadeiras proporções de mundialização. Porém, durante todo esse processo, a ideia de liberdade e de independência, em relação às instituições de poder que detinham o governo dos Estados e das cidades, confundiu-se com a de salacidade financeira; à medida que a economia se foi autonomizando da teologia e da moral religiosa, e o capitalismo se foi tornando mais livre da influência protestante, a falsa ideia de liberdade financeira cresceu proporcionalmente. Por outro lado, e como resultado da asfixia provocada pelos Estados sobre a economia privada, o mercantilismo não permitiu o desenvolvimento comercial e acabou por estrangular o desenvolvimento e a expansão dos mercados extra-nacionais — a postura inicial do catolicismo medieval criou uma impermeabilidade monetária

JOSÉ CARLOS CALAZANS – A definição da mundialidade: Ética comercial e financeira e o Calvinismo

face aos grupos sociais religiosos e laicos da sua influência, deixando a tarefa cambial e comercial para os judeus e burgueses que circulavam na orla da nobreza — o capitalismo respondeu inversamente com a possibilidade ilimitada de riqueza e acumulação de bens monetários e de uma fluidez no comércio, permitindo o surgimento de grandes casas bancárias e de comerciantes de grosso trato, que chegaram a superar a riqueza das coroas. Mas se por um lado o movimento protestante libertou grande parte da Europa de um sistema económico e socioreligioso medieval, por outro, ao ter criado o capitalismo, potenciou o desenvolvimento da economia mundial e da mundialização; ao mesmo tempo iniciou o progressivo afastamento do ente social em relação à ética, através de uma autonomização progressiva da economia em relação à teologia, dando início à exploração do trabalho assalariado e ao desnível acentuado das classes. O princípio de que o lucro é parte integrante da felicidade terrena, como cumprimento da aliança espiritual entre Deus e os homens, teve (e continua a ter) consequências sociais e ideológicas no domínio das comunidades religiosas tradicionais dentro da tradição protestante e evangélica, tal como se observa nos EUA e noutros países.

Para aqueles que se mantiveram fiéis à fórmula e à ética do protestantismo militante, as contabilidades mantiveram-se tão verídicas quanto os “fundos éticos”. Porém, para aqueles que se comprazem num capitalismo liberal (neo-liberal) anético, não menos protestante quanto à filosofia de uma economia do ter, para estes, as contabilidades “mágicas” fazem as delícias dos investidores, acreditando que o crime compensa mesmo. Este comportamento anormal que cedo se instalou entre os contabilistas e comerciantes menos sérios, passou a ter o peso de um mau hábito, de uma tradição que acabou por minar o próprio sistema financeiro e bancário do mundo moderno e contemporâneo. Mas é importante dizer-se que embora o intuito humanista da revolução protestante tivesse sido benigno, ficou sujeito à perversão da ganância, submetido a uma filosofia económica do ter, onde a felicidade pessoal passou a ser relegada para segundo plano, para o universo singular das opções sociais em função da satisfação económica e política dos grupos económicos e dos Estados.

Foi este processo que deu origem ao grande crack de Nova York em 1929, ao escândalo Enron em 2001 — que esteve na génese das mesmas contabilidades falaciosas que levaram o sector financeiro japonês a tremer em 2002 — e ao caso Bernard Madoff; em 2009 o ritmo de queda do PIB japonês atingiu 15,2% ao ano, e se este evento se explica oficialmente por uma quebra inédita nas exportações devida à recessão

internacional e numa nítida diminuição do consumo interno, também é verdade que muitos bancos que publicaram as suas folhas de balanço, limitaram-se apenas a debitar listas de números em tal perfusão que se torna difícil de identificar os valores das suas *stock holdings*; para os analistas económicos ocidentais, pelo menos, é difícil (se não impossível), interpretar uma folha de balanço japonesa, e isso dificulta a análise comparativa global como a detecção de irregularidades financeiras.

Em 2002, Eric Pfanner escrevia no *Herald Tribune* que, quando algumas empresas aderem a sistemas de contabilidade estandardizados, mantêm-se ainda alguns procedimentos que permitem falsificar a sua verdadeira imagem financeira¹. Os truques de mágica contabilística para falsificar as dívidas e outros passivos, a fim de que fiquem fora dos livros, como sucedeu no caso Enron, foi o que expôs a fraqueza dos princípios geralmente aceites nos EUA. É, portanto, através deste procedimento evasivo que as empresas podem excluir das suas folhas de balanço qualquer resultado que se quer fora dos livros de contas, desde que um outro accionista detenha pelo menos 3% do produto. Todo este procedimento contabilístico e o famoso sistema da “pirâmide”², são atitudes derivadas do rompimento ético com a revolução capitalista protestante, que também se estendeu ao sistema económico capitalista igualmente adoptado pelo mundo católico. O problema da má prática capitalista (e do liberalismo económico em si mesmo), foi ter-se autonomizado de tal forma em relação à natureza do próprio homem, que confundiu a ética enquanto princípio e norma com a moral religiosa, julgando que ao excluí-la progressivamente da prática financeira se tratava apenas de uma laicização necessária à economia, quando antes, deu origem a um afastamento progressivo em relação à moral económica, à natureza do homem, à dignidade das culturas regionais e das comunidades, à felicidade pessoal e colectiva, forçadas a submeterem-se ao poder da produção e do crescimento económico ilimitado.

O que então correu mal com a economia ocidental? O que está na origem da ruptura do sistema capitalista?

O humanismo abriu os horizontes para um mercado livre, mas não teve tempo para educar os homens a não roubarem o seu irmão, não teve os meios para desenvolver um modelo capaz de educar progressivamente o pensamento económico e ético dos indivíduos, porque se

¹ Eric Pfanner, *Investor Beware: The next Enron may be lurking in Europe or Japan*, in *Herald Tribune, Business / Finance*, Saturday-Sunday, January 26-27, 2002, p. 11.

² O esquema de Charles Ponzi (pirâmide financeira) foi introduzido nos EUA em 1919, e daí em diante por todos os vigaristas em vários países, sendo o último caso conhecido à escala global o de Bernard Madoff.

JOSÉ CARLOS CALAZANS – A definição da mundialidade: Ética comercial e financeira e o Calvinismo

encontrava igualmente comprometido no campo de luta ideológica e teológica do catolicismo e do protestantismo; o humanismo ficou prisioneiro de uma luta entre dois irmãos, uma oposição que durou até à emergência do liberalismo económico, quando a economia capitalista se separou do compromisso que tinha com a religião e se constituiu autonomamente como ciência; uma luta que desenvolveu um modelo cultural burguês egoísta, que transferiu a esperança dos indivíduos para o colectivo das elites, e que durante a revolução industrial até à contemporaneidade, esgotou a expectativa de liberdade, de felicidade social e espiritual e exauriu o cidadão.

A quebra do paradigma económico vigente, em nossa opinião, não se deve exclusivamente à dinâmica interna do capitalismo, no sentido estrutural e técnico do termo, mas às características de uma identidade histórica mais profunda cujas crises se originaram na revolução económica calvinista; foi ainda a matriz humanista, que continha em si mesma ciclos de crise, que imprimiu o seu *blueprint* comportamental ao sistema capitalista. Neste sentido, Calvino colocou a questão dos limites da submissão e da resistência às autoridades constituídas por Deus, e da resistência ao governo civil instituído pelos homens, sempre que estes se afastassem da “integridade”, da “prudência”, da “clemência”, da “moderação” e da “inocência”; ainda que de forma muito embrionária, Calvino estabelecia assim as questões éticas fundamentais que iriam orientar a economia capitalista, porém, com o surgimento de uma ciência económica e do seu afastamento em relação à religião e ao próprio calvinismo, manteve-se a impressão matricial de uma resistência às autoridades religiosas e aos Estados como forma de independência e de distanciamento a qualquer ingerência, atitude que foi assumida por muitos como liberdade *ipso facto* e por outros como uma oportunidade para instaurar a possibilidade de um comércio paralelo organizado e florescente.

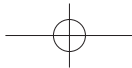
A crise do capitalismo foi (e é) a crise dilatada do próprio humanismo histórico, da angústia revelada pela descoberta do homem e do seu afastamento em relação ao equilíbrio natural e à ordem universal, angústia que se multiplicou em humanismos e desmultiplicou o próprio Humanismo. Heidegger respondia justamente a esta questão sobre o que é o Humanismo: “meditar e preocupar-se que o homem seja humano em vês de não-humano, ‘desumano’, isto é, estranho à sua essência. Mas em que consiste a humanidade do homem? Reside na sua essência”³. Foi o objecto desta “essência” que os humanistas persegui-

³ Cf. *Carta sobre o Humanismo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987.

ram, numa constante indagação mimética e antonomásica que permitisse revelar o Ser; busca que por si só anunciou uma linguagem do inconsciente e de uma psicanálise que só viria a (re)emergir séculos depois com Sigmund Freud e com Jacques Lacan; a esta “essência” o Renascimento atribuiu uma semiologia da “exaltação”, da “dignidade”, da “liberdade”, da “natureza”, do próprio “homem” como “grande milagre” e só mais tarde, durante o idealismo positivista (principalmente a partir de Feuerbach), é que o Humanismo concentrou a sua atenção no homem natural, enquanto que K. Marx encontrou essa “essência” na sociedade. As crises do Humanismo foram, portanto, várias, porque vários foram os humanismos: o cristão, o marxista e mais recentemente o existencialista (de Jean-Paul Sartre). As crises são humanas e não de natureza metálica, e é na essência do comportamento humano e na influência que o ecossistema tem sobre ele que devemos encontrar a origem para as crises e para os ciclos económicos.

Em 1983 o então presidente da Assembleia Nacional de França, Louis Mermaz, propunha a substituição do modelo cultural burguês, egoísta e individualista, por outro que fosse solidário e de sacrifício. Esta questão de fundo que tem merecido larga discussão em quase todas as sociedades ocidentais, envolve a totalidade da cultura, todas as experiências históricas, todas as vivências, até aquelas que só ocorrem uma vez. A proposta de Mermaz abriu um novo ciclo de discussões em França em torno da validade do neoliberalismo económico, e relançou igualmente a discussão do regresso a um humanismo (neo-humanismo), e à presença de uma ética e dos direitos humanos no plano social e económico.

Este desafio, feito três anos após a morte de Sartre, expressava de alguma forma a necessidade de se encontrar uma saída para o desespero criado por um sistema económico, de algum modo protegido por uma “filosofia da crise” exalada do próprio Existencialismo; tratava-se porém, não de uma crise mas de duas: a crise do pensamento filosófico ocidental e a crise da civilização contemporânea. Quer uma quer outra partiram inequivocamente da ruptura operada pelo Humanismo, que levou à libertação de um imenso jugo sociorreligioso medieval, mas ao mesmo tempo à descoberta da existência pela via da angústia — foi igualmente esta mesma crise que se multiplicou em luteranos, calvinistas, arminianos e anabaptistas. Lutero e Calvino foram o paradigma desta ansiedade existencial e como muitos homens e mulheres do seu tempo, carregaram consigo aquela crise do humanismo que iria levar ao desenvolvimento de um sistema económico e filosófico com as mesmas características, sistema que posteriormente



JOSÉ CARLOS CALAZANS – A definição da mundialidade: Ética comercial e financeira e o Calvinismo

o liberalismo económico desenvolveria de forma autónoma através de um modelo de vida egoísta e individualista.

A ruptura do actual paradigma socioeconómico encerra em si mesmo o drama do Humanismo até ao culminar do Existencialismo, e embora esta “filosofia da crise” continue a alimentar uma geração que se compraz em enfatizar um permanente “devir” do desespero e da angústia — através de um sistema económico que insiste em praticar um crescimento económico ilimitado em detrimento do bem comum e da felicidade dos cidadãos — este mesmo sistema do “devir” económico, a partir da década de oitenta do século vinte, começou a ser interrompido pela própria história, pois ela, como se reconhece, não é linear. O Humanismo Existencial não é, portanto, um “devir” sobre o qual a economia neoliberal deva repousar *ad infinitum*, para justificar a sua pretensa intemporalidade e hegemonia dominante — um Humanismo que embora (no caso do pensamento filosófico ocidental) tenha recebido o nome de “sartreano”, muito o ultrapassou. Mesmo assim, o Humanismo Existencial globalizou-se enquanto “filosofia da crise”, da mesma forma como o neo-liberalismo, herdeiro de uma crise europeia de identidade, uma crise que inevitavelmente o Calvinismo transportou.

